



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DECOM
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

LIDIANE MARIA DA SILVA

COMUNICAÇÃO NA LUTA DE ALAGAMAR (1975-1980): DO BOCA À BOCA
ÀS MANCHETES DOS JORNAIS

Professor orientador:
Dr. Luiz Custódio da Silva

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2010

LIDIANE MARIA DA SILVA

**COMUNICAÇÃO NA LUTA DE ALAGAMAR (1975-1980): DO BOCA À BOCA
ÀS MANCHETES DOS JORNAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, orientado pelo prof. Dr. Luís Custódio da Silva.

Orientador: Dr. Luiz Custódio da Silva

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586c Silva, Lidiane Maria da.
Comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980)
[manuscrito]: do boca à boca às manchetes dos jornais / Lidiane
Maria da Silva. – 2010.
33 f. : il. Color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Comunicação Social) – Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2010.

“Orientação: Prof. Dr. Luiz Custódio da Silva, Departamento
de Comunicação Social”.

1. Comunicação. 2. Jornal. 3. Agricultura. 4. Agricultor. I.
Título.

21. ed. CDD 303.483 3

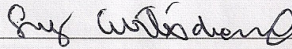
LIDIANE MARIA DA SILVA

COMUNICAÇÃO NA LUTA DE ALAGAMAR (1975-1980): DO BOCA À BOCA
ÀS MANCHETES DOS JORNAIS

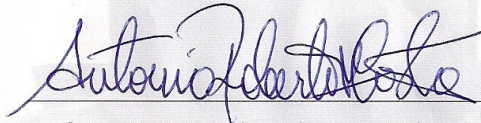
Defesa: 16/12/2010

Nota: 10,00

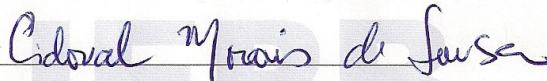
Comissão Examinadora:



Professor Dr. Luiz Custódio da Silva
Orientador – UEPB



Professor Dr. Antonio Roberto Faustino da Costa
Examinador – UEPB



Professor Dr. Cidoval Morais de Sousa
Examinador – UEPB

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2010

COMUNICAÇÃO NA LUTA DE ALAGAMAR (1975-1980): DO BOCA À BOCA ÀS MANCHETES DOS JORNAIS

Lidiane Maria da Silva*
Dr. Luiz Custódio da Silva**

Resumo: Este artigo objetiva analisar o papel da comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980), identificando as estratégias que foram desenvolvidas e utilizadas pelos/as agricultores/as neste episódio e verificando de que forma a comunicação entre moradores e lideranças e a repercussão dos fatos na mídia contribuíram para o resultado final do conflito. Do ponto de vista metodológico, fez-se uso da História Oral com a técnica de entrevistas semi-estruturadas. Também foram utilizados recortes dos jornais *Diário da Borborema*, *O Norte* e *O Momento* do mês de janeiro de 1980 – que fazem menção à Luta do Povo de Alagamar –, e do Informativo Arquidiocesano nº 83, referente a janeiro e fevereiro de 1980. Os resultados das observações levam a compreender que as estratégias de Comunicação e as manifestações de *Folkcomunicação* foram fundamentais para mobilizar os trabalhadores, sensibilizar a opinião pública em relação ao conflito, e pressionar o governo a desapropriar as terras.

Palavras-Chave: Alagamar. Comunicação. Jornais.

Abstract: This article aims to analyze the role of communication in Alagamar's Fight (1975-1980), identifying the strategies developed and used by farmers in this episode, and checking how the communication between residents, community leaders and the repercussion of events in the media contributed to the final result of this conflict. From the methodological point of view, it was made with the use of Oral History with the semi-structured interviews technique. Were also used excerpts from the newspapers *Diário da Borborema*, *O Norte* and *O Momento* of January 1980 – which refer to the Alagamar People's Struggle –, and also from the Archdiocesan Newsletter No. 83, referring to January and February 1980. The results of these observations lead to understand that Communication strategies and demonstrations of *Folk Communication* was essential to mobilize workers, touch the public opinion concerning the conflict, and press the government to expropriate the land.

Keywords: Alagamar. Communication. Newspapers.

INTRODUÇÃO

O período pós Segunda Guerra Mundial é caracterizado pelo desenvolvimento do capitalismo e modernização da agricultura. Isso aguçava, por um lado, a sede por terra e por outro, a luta pela Reforma Agrária. Esta última teve seu auge com o surgimento das Ligas Camponesas, na segunda metade década de 50. O movimento teve

* Graduanda em Comunicação Social na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: lidianesilvajornalismo@hotmail.com.

** Professor Doutor do curso de Bacharelado em Comunicação Social na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: custodiolcjp@uol.com.br.

seu mais forte centro no estado da Paraíba, onde aconteceram diversas lutas em prol da modificação da estrutura fundiária. Um exemplo que pode ser mencionado é a “Luta do Povo de Alagamar”.

Alagamar é uma comunidade rural com cerca de 13.000 hectares situada entre os municípios de Salgado de São Felix e Itabaiana no Agreste paraibano. Os trabalhadores/as rurais desta localidade pagavam o foro e viviam da agricultura até que em 1975 o fazendeiro Arnaldo Maroja, dono das terras, morre e, como não era casado e nem tinha filhos, deixa a grande Alagamar para ser dividida entre quarenta e dois herdeiros. O embate entre fazendeiros e agricultores teve início quando os novos proprietários começaram a cobrar o foro sem emitir recibo.

Neste trabalho abordaremos o conflito mencionado acima, analisando o papel da comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980) identificando as estratégias de comunicação que foram desenvolvidas e utilizadas pelos/as agricultores/as neste episódio, verificando de que forma a comunicação entre moradores, lideranças e a aparição destes fatos na mídia contribui para a conquista da posse da terra. Neste sentido, nos questionamos: Qual o contexto histórico em que a luta se desenvolveu? Para resistir à expulsão da terra, que mecanismos de comunicação e Folkcomunicação foram utilizados pelos trabalhadores/as rurais de Alagamar? Como a comunicação entre os moradores, lideranças e a repercussão dos acontecimentos contribuíram para o desfecho do referido fato?

Contexto Histórico

A Reforma Agrária é um anseio antigo na realidade brasileira. Constitucionalmente, ela foi mencionada pela primeira vez na Carta Magna de 1946. Esta Constituição instituiu que “a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos” (VEIGA, 2007 p.20).

A partir de meados dos anos cinquenta o movimento tomou maiores proporções com o surgimento das Ligas Camponesas, no Engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, e sua expansão para outros estados como a Paraíba, onde se desenvolveu a maior liga camponesa do Brasil, A Liga de Sapé¹. Esta última se diferenciava das demais no que tange às reivindicações. Sobre isto, vejamos:

¹ Um dos nomes mais representativos das Ligas Camponesas no Brasil foi o líder da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé (Liga Camponesa de Sapé), João Pedro Teixeira, assassinado no dia 2 de Abril de 1962, na estrada entre Café do Vento e Sapé, quando retornava de uma reunião em João Pessoa.

A princípio, inspiraram-se no movimento de Pernambuco, mas logo tomaram outra orientação, seguindo rumo diferente. A luta em Pernambuco era pela extensão da Legislação Trabalhista aos trabalhadores das Usinas e Fornecedores de Cana. Na Paraíba, a luta era pelo direito de plantar e colher nas terras arrendadas onde pagavam o foro com o cambão. Lutava-se pela extinção do trabalho gratuito – velho costume de exploração feudal – e pelo pagamento do foro da terra, em dinheiro (SOUZA, 1996, p. 19).

O advento das Ligas Camponesas foi potencializado pelo governo populista do presidente João Goulart, o qual tinha como carro chefe a Reforma Agrária. Jango promulgou o decreto de 13 de março de 64 que previa a desapropriação das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União.

Os idealizadores das ligas, em especial Francisco Julião, advogado e deputado do Partido Socialista Brasileiro, eram fortemente influenciados pelos idias da revolução cubana. Isso despertou na Igreja Católica um temor de que as forças de esquerda avançassem e pudessem subverter a ordem. Assim,

Temerosa da penetração das ligas camponesas e dos comunistas na organização camponesa, a Igreja Católica passou a preocupar-se também com o problema agrário, organizando sindicatos cristãos – sindicatos que levantavam as principais reivindicações dos trabalhadores e procuravam organizá-los – tendo conseguido, a partir de 1961, facilidades para o reconhecimento destes, junto ao Ministério do trabalho, em face da influência do Partido Democrata Cristão no governo João Goulart (ANDRADE, 2000, p.30).

De acordo com Veiga (2007), esses sindicatos cristãos ao invés de pregarem a reforma, empenhavam-se em propor soluções conciliatórias para o problema da terra. É assim que, nos anos de 1962-63, surgem centenas de novas Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) fundada em Janeiro de 1964. Esta mal teve tempo de tomar fôlego. Com o golpe militar de março daquele ano, seus dirigentes foram perseguidos e uma violenta repressão se abateu sobre as organizações de base: Sindicatos, Associações e Ligas Camponesas.

As ligas acabaram sendo extintas e seus líderes foram assassinados, presos, precisaram se exilar ou e até abrir mão da própria identidade. Os sindicatos e a CONTAG tiveram os dirigentes mais ativos substituídos por interventores ligados à ala de direita da Igreja Católica e comprometidos com o governo militar, cuja orientação era fortalecer o assistencialismo e refrear as tendências reivindicatórias.

Com a instituição da Ditadura, que implantou no Brasil um modelo autoritário de estado, onde os militares tomaram o poder para “restituir a ordem” e acabaram

ocupando a cena política por 21 anos, os conflitos agrários foram intensificados. Principalmente, em decorrência da política desenvolvimentista que apoiava o latifúndio e dava incentivos fiscais para a criação de gado e plantio de cana-de-açúcar. Consequentemente, o processo resultou na expropriação da massa de trabalhadores do campo, ou seja, na expulsão daqueles que ocupavam as terras e viviam da agricultura de subsistência como posseiros, foreiros ou arrendatários.

Contudo, é no mesmo ano do golpe, em novembro de 1964, que o Congresso Nacional finalmente aprova o mais importante instrumento legal para viabilizar a Reforma Agrária: a lei 4.504, o Estatuto da Terra. A norma tinha o objetivo de criar a política de reforma e desenvolvimento agrário no país e criava institutos - de Reforma Agrária (Ibra) e de Desenvolvimento Agrário (Inda), que substituíram a Supra – Superintendência de Reforma Agrária – do governo anterior. Posteriormente, no governo Costa e Silva, o Ibra e o Inda sofreram uma fusão e deram origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), existente até hoje.

Mesmo com a nova lei, os confrontos pela posse da terra continuaram acirrados. O principal empecilho era o artigo 147 da Constituição de 1946, “que estabelecia que as propriedades só poderiam ser desapropriadas com o pagamento justo prévio e em dinheiro” (ANDRADE, 2000, p.44). Isto dificultava o surgimento de medidas que intensificassem a reforma agrária. O dispositivo foi modificado em 1969, quando o ato Institucional nº. 9, de 25 de abril, retirou o ‘prévio’.

Apesar da aprovação do Estatuto da Terra, é a partir de 1970 que se registra o maior número de conflitos agrários envolvendo principalmente posseiros e donos de terras. Diante disto percebemos que “Com a repressão que se seguiu após o golpe, as ações de despejo se sucederam: muitos proprietários aproveitaram-se da conjuntura de desmobilização para ‘limpar’ suas terras e fazer valer seu poder” (MEDEIROS, 1989, p. 107).

A aplicação da lei 4.504, passou a ser cobrada de maneira efetiva a partir do II Congresso Nacional da CONTAG, realizado em Brasília no ano de 1973. Isso porque “em 1968, ocorre uma relativa rearticulação do movimento popular e uma chapa de oposição é eleita para a CONTAG. A nova diretoria passa a ter uma ação mais combativa” (VEIGA, 2007, p. 75). No encontro, ocorrido em meio à firme repressão do Governo Médice, reivindicava-se que a Reforma Agrária não fosse confundida com a colonização, que não se concretizasse através da transferência dos camponeses para áreas distintas das que habitavam e que se realizasse com a fixação do homem no local onde morasse.

Apesar do autoritarismo e do desrespeito implantados pela ditadura, que iam de encontro aos direitos sociais e humanos, os anos de 1968-1980 caracterizam-se pela mobilização popular e pela luta contra as opressões histórico-políticas que o povo brasileiro vinha sofrendo.

Na cidade, a maior mobilização se deu através das classes operárias, representadas especialmente pela do ABC paulista. No campo o apoio aos trabalhadores coube especialmente à Igreja Católica. A instituição adotou uma mudança de postura em relação ao regime militar, deixando de apoiá-lo para, após o Concílio Vaticano II e especialmente depois das Conferências de Medellín, em 1968 e Puebla, 1980, ser “a voz de quem não pode falar, ou de quem é silenciado”².

De acordo com Festa (1986), é a partir dos movimentos operários e sindicais, da cidade e do campo, que se efetiva no Brasil a comunicação Popular/Alternativa. Ela tem a finalidade de contribuir para a mudança social, através de estratégias de mobilização e conscientização, em boa parte, inspiradas nas técnicas de Paulo Freire para a educação de adultos, em sua pedagogia do oprimido.

O início dessa resistência das classes marginalizadas está ligado também ao surgimento, na década de 60, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que eram “grupos de cristãos, compostos pelos agentes de pastoral, ligados à igreja, e os outros membros pessoas da comunidade, que tinham nas suas reuniões o único espaço onde podiam se reunir para discutir seu cotidiano, suas lutas e reivindicações” (BETTO, 1983, p.99).

Com uma atuação voltada especificamente na defesa e articulação dos trabalhadores rurais é criada em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O organismo, que se originou na Amazônia e logo se expandiu para todo o país, por ser vinculado à CNBB e ter alguns bispos como seus membros, assumiu o papel de canal de denuncia da violência.

Foi com este plano de fundo que a comunidade de Alagamar, propriedade rural formada pelos sítios Teju, Salomão, Urna, Mombuca, Saco, Serra de São José, Sapocaia, Furna dos Caboclos, Cavalão Morto, Piacas, Maria de Melo e Caipora, com cerca de 13.000 hectares, localizada entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana, no Agreste da Paraíba, viveu um dos conflitos agrários de maior repercussão no estado e no país no final da década de 70.

² Citação de João Paulo II extraída por Melo (1981, p. 15) do registro feito por Frei Betto no seu Diário de Puebla (Rio, Civilização Brasileira, 1979).

A maioria da população habitava a localidade desde que nasceu. Para morar na propriedade, plantando, colhendo e disso tirando o seu sustento, todos pagavam o Foro (imposto anual pela permanência na terra) e também trabalhavam sob o regime de cambão na época da disjunta, ocorrida especialmente no inverno, quando o proprietário juntava os moradores para fazer a colheita.

Em 7 de novembro de 1975, o fazendeiro Arnaldo Maroja, dono das terras, morre e, como não era casado e nem tinha filhos, deixa a grande Alagamar para ser dividida entre quarenta e dois herdeiros. Os administradores Arlindo Paulino, e José Valdomiro Coutinho venderam as terras sem consultar os moradores e arrendatários, mas prometeram que tudo continuaria como antes da morte do proprietário, coisa que não aconteceu.

As terras foram adquiridas por 12 fazendeiros e alguns deles, a exemplo do Usineiro Pernambucano José Veloso, conhecido como Zezinho do Açúcar, que comprou o sítio Piacas, trataram logo de cortar as terras e plantar capim onde antes o povo fazia roçados.

Os acontecimentos faziam os moradores da Grande Alagamar ficarem desconfiados de que os proprietários começariam a fazer investidas para tirá-los da terra. Mas, antes que isso acontecesse, eles começaram a se mobilizar e travaram uma luta onde o poder da união, do direito e da comunicação venceram a hegemonia do dinheiro, do autoritarismo e do silêncio.

Resistência do povo de Alagamar: Comunicação, Mobilização e Não - Violência

A ação de resistência empreendida pelos trabalhadores começou com a inquietação, o inconformismo e a inteligência dos moradores Manoel Justino de Araújo, Otávio Correia de Sousa e José Inácio da Silva, residentes no sítio Juá. Em 1976, primeiro ano depois da morte de Arnaldo Maroja, os três foram até a fazenda para pagar o Foro. De acordo com José Inácio, hoje com setenta e um anos de idade, estes agricultores foram recebidos por Arlindo Paulino e quando informaram que haviam ido pagar, o administrador foi até o birô, pegou um caderno e começou a tomar nota do nomes destes. Acostumados a receber o comprovante dos pagamentos, eles estranharam aquela atitude e protestaram:

Compadre Manoel Justino, que sabia ler e tinha mais entendimento, disse a Arlindo Paulino: perai, dotô, cadê o recibo que o senhor vai dar pra gente provando que agente ta pagando o direito? O senhor tem que dar o

comprovante agente! Ai ele disse: não, aqui é assim. Eu assinei o nome de vocês, você pagou já ta pago. Eu levei os comprovantes dos dezoito foros que eu já tinha pagado ao finado Arnaldo e disse: se o senhor me der o comprovante assim, olhe, como ta pago, eu pago agora. Ai ele disse: ah, pode se danar, não quero vê-lo! E expulsou agente: eu, compadre Manoel Justino e compadre Otávio Correia. (JOSÉ INÁCIO DA SILVA, 2010).

Na manhã seguinte, véspera de Natal, ou de “festa”, como se costuma dizer em Alagamar, era dia de feira em Timbaúba, cidade do vizinho estado de Pernambuco que, por ter um comércio mais forte, atrai boa parte da população das localidades mais próximas. Na feira, a conversa de que os agricultores foram expulsos pelo administrador logo se espalhou.

Depois do feriado, eles foram à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba, FETAG, em João Pessoa, para contar o que estava se passando. Os agricultores poderiam antes ter procurado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado de São Félix, mas pularam essa instância porque o presidente de lá, o senhor Felix Ferreira, como muitos outros dirigentes sindicais da época, estava na função a serviço da Ditadura e se posicionaria a favor dos patrões e contra os trabalhadores.

Chegando à capital, se encontraram com o presidente da Federação, Álvaro Diniz e com o advogado Sebastião Geriz. Essas autoridades asseguraram que os moradores tinham direitos e que não poderiam ser expulsos assim tão fácil e que só deveriam pagar o Foro se recebessem o comprovante.

Na volta, os agricultores trataram de procurar o vigário da Paróquia São Félix de Cantalice, na cidade de Salgado, padre José Diácono, e contaram o que estava acontecendo. Este reforçou o que havia sido dito na FETAG e comunicou o fato à Arquidiocese da Paraíba. Na época, o líder da Igreja Católica no estado era o Arcebispo Dom José Maria Pires que passou a apoiar a causa.

Sabendo da postura da Federação e da igreja, cada vez mais agricultores se negaram a efetuar o pagamento diante da negativa do administrador em documentá-los. Com isso, a notícia chegou até o agricultor Severino Izidro Faustino, residente no sítio Furna dos Caboclos, dentro das terras de Alagamar que pertencem ao município de Itabaiana. Biu Izidro, como é mais conhecido, era Delegado do Sindicato Rural itabaianense. Ele tinha muita habilidade com as letras e adquiriu uma bagagem jurídica razoável em cursos de direito agrário que assistira em decorrência de seu envolvimento com o movimento sindical. Além de sindicalista, era também poeta cantador.

As lideranças da comunidade começaram a se unir e formaram um grupo composto por cerca de trinta homens que, encabeçados por Biu Izidro, passaram a compor a “base

dos trabalhadores”. Eles eram geralmente os chefes de família e representavam o núcleo das localidades que formavam a grande Alagamar.

A prática das CEB's foi a grande influenciadora das “Reuniões de Base” na comunidade de Alagamar. A inspiração já começa pelo nome. De acordo com Severino Izidro Faustino, o termo surgiu justamente do convívio com outras áreas de conflito onde havia essa denominação para os encontros.

Assim como nas Comunidades Eclesiais de Base, o processo de comunicação que resultaria na tomada de decisão da comunidade se dava através de três fases: ver, julgar e agir. Desta forma “o povo leva sua família, seu bairro, ou seus problemas trabalhistas para a reunião. Este é o ‘ver’, seguido da busca das causas e consequências de tais problemas à luz da leitura da Bíblia: é o ‘julgar’, no terceiro momento, o do ‘agir’, o grupo traça uma estratégia de ação” (PUNTEL, 1994, p.232).

Contudo, segundo Severino Izidro, ao contrário do que acontecia nas CEB's, nem sempre os agentes de pastoral estavam presentes nas reuniões de Alagamar, tão pouco, o julgamento era sempre feito com base na Bíblia. O indispensável neles é que a “base”, ou seja, os homens que representavam a parte mais forte da comunidade, estivesse presente.

O primeiro passo era levar para a discussão os últimos acontecimentos. Em seguida, refleti-los de modo cristão, mas tendo em vista principalmente as leis agrárias, e a partir deles traçar uma estratégia para a próxima ação, que poderia ser arrancar uma cerca, tanger o gado, viajar, à capital para fazer reivindicações. Tudo era antes planejado pelo grupo menor e depois, na grande reunião, as informações eram levadas às demais pessoas da comunidade.

De acordo com Izidro, a cada aglomeração o número de participantes se tornava maior. Os encontros geralmente aconteciam nas casas dos integrantes da base e neles já ficava decidido quando seria o próximo. No entanto, quando havia necessidade de se reunir extraordinariamente, alguns grupos eram designados e iam a cavalo de casa em casa avisando à cerca do ocorrido. Quando o problema era maior, que fosse necessário avisar mais gente em menos tempo, os agricultores utilizavam sinais através de fogos de artifício. Uma pessoa ficava responsável para se necessário, soltar os foguetões nos locais mais altos. Sobre essa prática, que era comum na época das Ligas Camponesas, vejamos como era a tática descrita pelo líder do movimento na Paraíba:

Às vezes era necessária convocação dos camponeses para uma reunião de emergência, porém as dificuldades de comunicação impediam sua concretização. Surgiu então a idéia dos foguetões para a convocação. Cada

delegado ficava com alguns foguetões em seu poder. Quando o espoucar de três foguetões era ouvido, significava que haveria uma reunião extraordinária. Os delegados das fazendas próximas à sede da Liga, ao ouvir o sinal combinado – os três foguetões – incontinenti, soltavam outros três, continuando assim, sucessivamente, até chegar a atingir fazendas distantes de 15 a 20 km em torno da cidade. (SOUZA, 1996, p.43)

Era também através das reuniões que os agricultores conheciam a realidade de outros conflitos que estavam acontecendo no estado e no país. Aí entrava o papel dos agentes de pastoral e religiosos que freqüentavam diversas comunidades. Um exemplo é a Irmã Marlene Burgers, freira holandesa que trabalhava na Arquidiocese da Paraíba e por diversas vezes esteve em Alagamar e inclusive chegou a ser presa.

De acordo com ela, as reuniões eram o espaço onde se discutia as questões micro e macro, para que os agricultores pudessem compreender o que se passava, não só em Alagamar e na Paraíba, mas no Brasil:

As reuniões aconteciam na casa do povo não é, e se davam a partir dos casos concretos que aconteciam no dia-a-dia, mesmo. Era sempre sobre o despejo que estavam querendo fazer com o pessoal daqui, então as reuniões vinham no sentido de orientar o pessoal a como resistir às investidas dos proprietários.[...] Não era só Alagamar que estava em luta, tinha várias regiões que estavam em luta. Então agente juntava representantes das várias áreas e ia refletindo. Cada um contava a sua experiência e assim ia aprendendo um com o outro. Nós íamos perguntando as razões, porque estava acontecendo aquilo e mostrando a importância da união, da organização deles. E a partir do caso deles agente refletia a situação mais global não é, do que estava acontecendo ao redor e no país. E não só a questão da terra, mas da miséria, de opressão da justiça, dos policiais (*do regime militar*). Naquele tempo, tudo era contra o povo mesmo, a justiça era; os policiais eram. Então agente enquanto igreja tinha que dá esse apoio ao pessoal, em termos de reuniões, de visita inclusive sendo perseguido e preso junto com eles. (MARLENE BURGERS, 2009)

Contudo, não eram apenas os homens, chefes de família que se reuniam. A professora Maria da Conceição Dias Silva, que hoje leciona História e Geografia para o Ensino Médio em Alagamar, na Escola Estadual que herdou o nome de Arnaldo Maroja, conta que participou de reuniões para crianças e jovens no período da luta. Segundo ela, os encontros que geralmente aconteciam aos domingos, juntavam dezenas de jovens e crianças e serviam para que eles tomassem consciência daquilo que se passava e também pudessem colaborar para que suas famílias não precisassem sair das terras onde nasceram. Dessa forma,

Agente discutia a luta, os assuntos da luta na reunião. Aquela pessoa que coordenava a reunião elaborava um questionário sobre a luta, com as perguntas, e agente fazia rodízio de pergunta e saia questionando. Um

respondia, depois o outro acrescentava, em cima da luta, do que agente conhecia a luta. Assim, era muito bom, agente tinha aquela preocupação, sabe. Eu tinha onze anos, mas era consciente de tudo o que se passava. Eles orientavam agente a lutar pelos direitos da gente. Mostrava o risco que tinha se os fazendeiros ficassem com a terra, que agente ia pras pontas das ruas, morar em favela, barraco. Só era pra onde ia mesmo, ninguém tinha recurso nenhum, não tinha como morar num lugar bom. Ai como era que agente ia sobreviver morando na rua sem ter um trabalho, sem ter de onde tirar nada? Porque aqui você faz um roçado, de qualquer maneira é muito bom, né! (MARIA DA CONCEIÇÃO DIAS SILVA, 2010).

Já em 1977, a base para a tomada de decisão, estava consolidada e os agricultores, com os conhecimentos sindicais e jurídicos de Biu Izidro, apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana, e incentivados pela Ala Progressista da Igreja Católica, foram tomando consciência, de que tinham direito não apenas a receber o comprovante do Foro, mas à própria terra.

Foi então que teve início a sindicalização dos trabalhadores junto à FETAG para que todas as famílias fossem cadastradas, e se soubesse não apenas a quantidade de pessoas que ali viviam, mas tudo o que plantavam e criavam, para mostrar que, como requer o Estatuto da Terra, a área se enquadrava nos critérios de desapropriação pelo poder público, pois apresentava elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros. Izidro conta que ficou encarregado de ir com os rurícolas à capital para que fossem sindicados:

Toda semana eu ia três vezes para a Federação e ia uma turma de vinte pessoas comigo, ou seja, cerca de sessenta pessoas por semana a João Pessoa, fazia cadastro, foram muitos levantamentos da agricultura, do trabalho aqui dentro, das famílias e de criação, de tudo aqui de dentro como era. A federação tomou isso como levantamento, e encaminhou isso ao Ministro da agricultura em Brasília, encaminhou ao presidente do Incra, ao presidente da república, todo esse trabalho que foi feito aqui foi encaminhado a Brasília e foi o que gerou a movimentação e a desapropriação depois com uns anos né (SEVERINO IZIDRO FAUSTINO, 2010).

Devido à dificuldade de levar todos os agricultores até a Federação, funcionários dos sindicatos de Itabaiana e Salgado foram terminar os levantamentos em Alagamar. Sanderli José da Silva, hoje funcionário dos Correios em João Pessoa, trabalhava como auxiliar de escritório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana e foi enviado a Alagamar para elaborar os relatórios a serem enviados à CONTAG. Ele conta como foi o processo de levantamento dos dados:

Como funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Itabaiana, fui designado, juntamente com Severino Izidro, então delegado sindical, e José

Antonio, funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado de São Félix, para fazermos o inventário de toda a produção dos rurícolas, inclusive a área de terra ocupada, animais, benfeitorias e etc. O nosso QG foi, inicialmente, na casa de Cícero Tributino, onde ocupávamos o espaço que servia de dancing nas noites de folguedos. Nos dois últimos dias da semana mudamos de lugar. Fomos para uma casa de farinha nas imediações de Maria de Melo, onde dormíamos, ouvindo os tiros dos capangas dos herdeiros. Mudamos para facilitar o acesso dos trabalhadores. Esse relatório tinha prazo para entregar. Passamos toda a última noite do levantamento no Sindicato de Salgado, fazendo a catalogação e dando os arremates, porque cedinho Severino Izidro pegaria o ônibus para João Pessoa, onde entregá-lo-ia na FETAG (SANDERLI JOSÉ SILVA, 2010).

O número total de famílias e de pessoas de Alagamar, a importância da sua produção para a mesa dos paraibanos e brasileiros, bem como a necessidade de desapropriação das terras foi ressaltada pelo presidente da FETAG, Álvaro Diniz, em uma entrevista concedida ao Jornal “O Momento”, onde fala do aumento da concentração de terras no estado, da qual destacamos um trecho:

Quando fizemos o levantamento na Fazenda Alagamar, sindicamos em torno de 446 famílias, um número de duas mil e duzentas e poucas pessoas. Segundo o Estatuto da Terra, a desapropriação pode ser feita tanto onde tensão social, como onde exista uma grande incidência de posseiros, rendeiros ou ocupantes da terra sob qualquer título. Então, foi o que verificamos em Alagamar. Quando levamos ao conhecimento das autoridades competentes, mostramos ao ex-ministro Alysson Paulinelli a produção daquele pessoal, que chegou no ano de 1976, com um ano de safras não boas, a cerca de 300 toneladas de algodão, 300 de milho, duzentas e tantas de feijão, etc. E aquela área, em virtude de o proprietário ter falecido, estar sendo dividida para vender, o governo podia ter desapropriado para deixar 446 famílias que sindicamos, mais o restante que não sindicamos alocadas lá, para produzir e abastecer o mercado interno, porque todos nós brasileiros dependemos da agricultura de alimentação de base (JORNAL O MOMENTO, sd).

Devido à concentração de terras e a expoliação das massas trabalhadoras causada pelos incentivos fiscais concedidos pelo governo militar, havia áreas de conflito em várias partes do estado. Entre as principais, estão as fazendas Retirada, Mucatú, Coqueirinho, Cachorrinho, Mumbaba e Camucim. Contudo, Alagamar ganhava mais destaque pela quantidade de habitantes e pela postura adotada pelos agricultores que, orientados pela Pastoral da Terra, reagiam aos abusos dos proprietários sem usar a violência. Eles também recebiam o apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, onde o advogado Wanderley Caixe fazia as orientações jurídicas incitando-os, com base na lei, buscar e reivindicar os seus direitos.

A partir de 1977 sob a orientação religiosa, a população passou a cultivar as roças comunitárias. Os rurícolas se reuniam em mutirões que congregavam entre cem e

duzentas pessoas todos os dias. Nesses locais eram cultivados os mais diversos tipos de alimentos: macaxeira, feijão, milho, etc.

Esses mutirões, que não se restringiam às roças comunitárias, mas, se repetiam em todas as ações que passaram a ser feitas em conjunto, a exemplo da retirada do gado e das cercas, da construção da Casa de Farinha da comunidade, etc. serviam não somente como forma de dividir o trabalho, mas também como estratégia para se reunir, traçar novas ações e marcar outras reuniões. “No roçado comunitário nós se reunia (sic) e planejava mais o que ia fazer na reunião, já servia pra se comunicar né, agente se comunicava mais fácil porque se via todo dia” (JOSÉ INÁCIO DA SILVA, 2010).

Essa união dos trabalhadores começou a preocupar os fazendeiros, que logo trataram de radicalizar nas ações, destruindo plantações e impedindo reuniões. Os agricultores passaram a ir a João Pessoa constantemente para cobrar providências ao então governador do estado, Dorgival Terceiro Neto, no sentido de denunciar os atos ilegais cometidos pelos fazendeiros e reivindicar a posse das terras. Porém, o chefe do executivo estadual não poderia fazer a desapropriação, apenas cobrar e argumentar junto ao Governo Federal, esfera competente nesta matéria.

Mesmo com a insistência e as várias audiências, a questão não se resolvia. Além da incompetência legal do estado para resolver definitivamente o problema, o que também influenciava na demora em encontrar uma solução para o impasse de Alagamar era a pressão exercida pelos proprietários junto aos governantes. A explicação é simples: os fazendeiros detinham o poderio econômico e temiam que os agricultores conseguissem êxito e a situação estimulasse a reivindicação em outras partes do estado e do país. Sobre isto, vejamos:

Em outubro de 1978, um agrupamento de camponeses veio até João Pessoa com o intuito de relatar ao Governador do Estado, fatos violentos ocorridos naquela zona, pedir proteção policial e insistir na tese da desapropriação. [...] O governo do Estado tomou algumas providências, sem, no entanto, melhorar muito a situação, já que a resolução do problema dependia do Governo Federal. Quanto aos proprietários, havia uma certa preocupação, devido, sobretudo, ao receio de que uma decisão favorável aos camponeses viesse a funcionar como estímulo a reivindicações semelhantes em outras partes do Estado, onde já existiam sinais de crise. (NUNES. et.al, 2002, p.11)

Em 1978, já transcorridos dois anos de luta, o povo de Alagamar teve a notícia de que no dia 7 de novembro o então Presidente da República, Coronel Ernesto Geisel, estaria na Capital. Cerca de trezentas pessoas foram até o Palácio da Redenção no intuito de falar com quem de fato poderia pôr um fim em seu sofrimento. O motivo da

visita presidencial segundo Rolim apud Nunes (2002), era ajudar os candidatos arenistas na eleição que se aproximava.

A idéia de falar com Geisel foi frustrada. A força policial não permitiu se quer que os agricultores erguessem as faixas de protesto que haviam levado. Foi então que Severino Izidro decidiu distribuir cópias mimeografadas do Hino de Alagamar, que compunha há pouco tempo. Segundo ele, algumas mulheres que gostavam de cantar durante as reuniões, começaram a puxar o coro que incluía homens e crianças. Assim, cantado, o povo de Alagamar deu o seu recado ao presidente e disse o que queria dizer:

Alagamar, meu coração/ teu povo unido espera uma solução/ nossa vitória
fica na história; A tua glória é a nossa união. [...]
Na complacência com tanta serenidade/sonhando com a liberdade
De plantar o que a terra dá/ O agricultor, rude, sem vez e sem nome; nu e cru,
morrendo de fome; e o rico a escravizar (FAUSTINO, 1978).

O presidente não falou com os agricultores. Mas ouviu o Hino de Alagamar entoado por todos os que estavam do lado de fora do Palácio. No dia seguinte, em 8 de Novembro de 1978, Geisel assinou o Decreto no 82.614, desapropriando 2.000 hectares de terras nas Fazendas Alagamar e Piacas, “tentando como isso angariar votos para a ARENA, que estava desgastada a nível nacional” (NUNES. et.al, 2002, p.12).

Mas, a luta de Alagamar não terminaria com o decreto de Geisel. Pelo contrário, a desapropriação não aconteceu de fato. De acordo com o agricultor Severino Izidro, o principal motivo foi que uma parte das terras de Alagamar, que havia sido adquirida pela proprietária pernambucana Irene Galvão, estava registrada em cartório como Empresa Rural, tipo de propriedade que, por lei, não poderia ser desapropriada, só se adquirida por compra. Além disso, a Fazenda Maria de Melo não foi incluída no decreto. A propriedade se tornaria o foco de maior tensão.

Em março de 1979, Severino Izidro tem a residência tiroteada por três pistoleiros contratados pelos proprietários. Felizmente, os tiros não feriram ninguém. No mesmo mês, os fazendeiros mandaram derrubar a casa do agricultor Manoel Correia Sobrinho, que há pouco tempo havia construído o imóvel e estava se mudando da casa dos pais, onde morava com esposa Severina Maria do Nascimento Correia, que estava grávida. Mas, os fatos não intimidaram os agricultores. Eles denunciaram os crimes, se uniram em mutirão e reconstruíram a casa de Manoel Correia em um único dia.



Manoel Correia em frente às ruínas da sua casa em 24.03.79

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco

A resistência pacífica e a união dos trabalhadores, bem como o seu nível de conscientização e mobilização, comoveram o Maestro José Alberto Kaplan (1935-2009). Ele, que foi regente da Orquestra de Câmara do Estado e um dos criadores do departamento de música da UFPB, esteve na localidade a convite de Dom José Maria Pires. Inspirado pelo que vira e ouvira no local, Kaplan, em parceria com o escritor e poeta, Waldemar J. Solha, compôs a Cantata pra Alagamar, gravada em Julho de 1979. A peça foi executada por corais e encenada por grupos de teatro de várias partes do país, difundindo a imagem da luta como símbolo da não-violência.

Em 13 de Novembro de 1979, o sucessor de Geisel e último presidente do Governo militar, João Batista Figueiredo, assinou o decreto 84.205, que substituíra o anterior, de número 82.614. Contudo, o instrumento legal desapropriava a mesma faixa de terra, apenas 2.000 hectares e continuava não contemplando a Fazenda Maria de Melo.

Assim, pouca coisa mudou e os agricultores continuaram a fazer reivindicações. Sob a alegação de que queria garantir a segurança da população, o então Governador, Tarcísio de Miranda Buriti, instalou um posto policial em Alagamar. A guarnição, que era comandada pelo tenente Dílson Clementino, ficou instalada nas proximidades do Forno de Cal, local que na época era bastante movimentado devido à atividade de extração de calcário que havia na região.

A próxima medida foi proibir as aglomerações de agricultores, isto é, os mutirões e reuniões. Além de impedir que os trabalhadores se encontrassem o governo também vetou a entrada de estrangeiros e decretou Estado de Sítio na localidade. Os estrangeiros eram padres e freiras da Igreja Católica, acusados pelo Secretário de Segurança do Governo Buriti, Luiz Bronzeado, de serem agentes da subversão. “Estamos dispensando os serviços dos cleros importados formados nas escolas do

marxismo-leninismo da Europa. Eles estão induzindo o camponês a uma atitude hostil”. A afirmação foi publicada por vários jornais, a exemplo do Diário da Borborema.



Luiz Bronzeado. Jornal Diário da Borborema em 04 de Janeiro de 1980.

Durante a decretação do Estado de Sítio, só o Arcebispo Dom José Maria Pires poderia entrar na localidade. Neste período ocorreram doze prisões na grande Alagamar. O fato foi relatado nos seguintes versos: “Duas Irmãs, uma médica e nove agricultores, doze sofrendores que os fazendeiros mandaram impedir/ Presos de quatro em quatro, de dois e de um, dizendo: Na terra não fica nenhum! É para o boi entrar e o homem sair” (SEVERINO IZIDRO FAUSTINO, 2010).

As “Irmãs” detidas eram as freiras holandesas Marlene Burgers e Tonny Van Han. As duas coordenavam a Pastoral da Terra e foram presas por descumprir a ordem governamental e entrar na área de Alagamar, no caso de Marlene, e Piacas, no caso de Tonny. A Irmã Marlene presa em trinta e um de Dezembro de 1979. Nesse mesmo dia, o agricultor Cícero Tributino também foi preso pelo fato de que na Casa de Farinha da comunidade, que ficava ao lado da sua residência estava havendo uma reunião e ele, foi responsabilizado.

O agricultor e a religiosa foram levados para a cadeia da cidade Pilar onde permaneceram da tarde até a meia noite, quando o Arcebispo Dom José Maria Pires, chegou ao local acompanhado do Governador Buriti e os libertou. A médica também foi presa por tentar entrar na área e os demais agricultores, por descumprir a proibição e estarem reunidos.

A ação de maior repercussão, tomada pela polícia no sentido de coibir as reuniões, aconteceu no dia 28 de Dezembro de 1979, na Fazenda Maria de Melo. De acordo com o agricultor Expedito Francisco da Silva, que neste dia viu o filho de 4 meses de idade ser atingido por uma bomba de gás lacrimogêneo lançada na sua casa, tudo começou

com a falsa informação difundida por dois homens que chegaram ao local se dizendo jornalistas e avisaram que o governador viria conversar com os agricultores.

A notícia se espalhou e mais de trezentas pessoas se reuniram em frente à residência de Expedito para esperar por Buriti. A esta altura, o posto policial havia sido transferido de Alagamar para Maria de Melo. Ao perceber a quantidade de agricultores reunidos os policiais pediram reforço ao destacamento de Guarabira. Cerca de 30 soldados armados de fuzil, chegaram ao local, tomaram as facas que os agricultores, costumavam usar na cintura e ordenaram que se dispersassem.

Como acreditavam que o governador realmente viria ao seu encontro, os rurícolas não foram embora e voltaram a conversar. Para punir a desobediência, os policiais lançaram bombas de gás lacrimogêneo e espancaram alguns trabalhadores. Diversas pessoas saíram feridas e outras passaram mal devido ao gás.

O poeta Expedito, que já foi vice prefeito e vereador da cidade de Salgado de São Félix, gravou em 2008, quando pretendia alcançar novamente uma vaga na Câmara Municipal, um CD onde conta a sua história e relata alguns fatos ocorridos em Alagamar, inclusive o episódio das bombas lançadas em sua casa:

Uma noite em meu terreiro, viu-se o chão estremeando, as bombas de lacrimogêneo, levantavam o fumaceiro/ Os grupos de cangaceiros, tudo de fuzil na mão/ Aos gritos pelos irmãos, ouvi uma voz chamando: era Carneiro embolando, com um soldado no chão [...] Nesse tempo Rosinaldo tinha apenas 4 meses, quase morreu dessa vez, pelas bombas intoxicado, mas quem confia em Deus alcança, eu acudi a criança, fiquei todo machucado e fui dormir assustado, na pedra da esperança. [...] Eu dormi numa pedra fria, de lá escutava os gritos, 10 pessoas pro delito, eu levei no outro dia (SILVA, 2008).

Depois das prisões e do enfrentamento entre agricultores e policiais, nos primeiros dias Janeiro de 1980, o proprietário da Fazenda Maria de Melo, José Waldomiro Coutinho mandou soltar o gado na roça da comunidade. A população se uniu em mutirão e tentou impedir que o gado comesse sua plantação, mas os policiais não permitiram.

No dia 5 de Janeiro, o bispo Dom José Maria Pires, que participava de uma reunião com os bispos do Regional Nordeste II, presidido pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, foi informado do que estava acontecendo. Sabendo da notícia, ele, Dom Helder, o bispo de Campina Grande, Dom Manuel Pereira, e o de Afogados da Ingazeira, Dom Francisco Austregélio de Atayde, Bispo de Afogados da Ingazeira, que era responsável pela Pastoral Rural do Nordeste II, foram até Maria de Melo, se juntaram à população e, contrariando a polícia, tangeram o gado da roça.

No dia seguinte, o acontecimento estava estampado nas manchetes dos principais jornais do estado, a exemplo desta do Diário da Borborema:



Diário da Borborema, 6/1/1980. À esquerda: Dom Helder Câmara conversa com policiais; à direita: Dom José ajudando moradores a tanger o gado.

Neste episódio, a declaração mais repercutida foi do bispo de Afogados da Ingazeira. Dom Francisco Austregélio criticou a postura dos policiais e mandou um recado para Tarcísio Buriti:

A conclusão que eu tiro é que os senhores estão aqui para que o gado coma pacífica e criminosamente a plantação dos pobres. E aí da minha outrora heróica Paraíba, que aprendi a admirar desde os idos de 1930, na Revolução de João Pessoa. Para mim, ela está abaixando, afundando-se, porque numa terra onde se tange o homem como gado e se defende o gado como homem, é uma terra desmoralizada. Por isso o governador da Paraíba perde muito (O NORTE 06 de Janeiro de 1980).

O Jornal “O Norte” também repercutiu esse e outros acontecimentos através de charges, onde apesar do humor, demonstra uma espécie de crítica e denuncia à cerca dos acontecimentos. Neste sentido, vejamos o que foi publicado em relação à expulsão do gado e ao episódio das bombas de gás lacrimogêneo na casa de Expedito:



O Norte, 15/1/ 1980



O Norte 8/1/1980